

ENTRE O CURRÍCULO E O SILÊNCIO: A EXCLUSÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRATO – CE

Ranielton Dantas de Araújo ¹

Marcelo Ribeiro da Silva ²

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a temática de gênero tem sido abordada nas formações continuadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação do Crato (CE) voltadas à Educação Infantil, no período de 2023 a 2024. Com abordagem qualitativa e caráter documental, foram examinados planejamentos, cronogramas e registros institucionais de formações promovidas para profissionais da rede municipal de ensino. A investigação revelou que, embora os documentos oficiais como a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destaquem a importância da valorização da diversidade e da equidade de gênero, tais temas ainda ocupam um lugar periférico nas formações realizadas no contexto analisado. Predominam pautas voltadas à escrita e leitura, rotinas e organização curricular, com pouca ou nenhuma inserção de discussões sobre identidade de gênero, sexualidade e práticas pedagógicas inclusivas. O referencial teórico-metodológico está ancorado nos estudos de Louro (1997), Scott (1995) e Ribeiro (2020), que compreendem o gênero como construção social, histórica e política, sendo fundamental para uma atuação docente crítica e transformadora. Conclui-se que a ausência sistemática de formações continuadas voltadas à temática de gênero contribui para a manutenção de estereótipos e limita o desenvolvimento de uma educação mais democrática e sensível às diferenças. Nesse sentido, torna-se urgente o fortalecimento de políticas públicas municipais de formação que integrem, de forma transversal, o debate sobre gênero e diversidade nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

Palavras-chave: Relações de Gênero, Educação Infantil, Formação Docente, Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil ocupa um papel central na construção de valores, práticas e percepções que permeiam a formação de crianças em seus primeiros anos de vida escolar. Nesse contexto, a docência emerge não apenas como prática pedagógica, mas também como espaço de construção de identidades, relações sociais e culturais. Estudos contemporâneos em educação e gênero evidenciam que as escolas, enquanto instituições sociais, reproduzem, muitas vezes de forma inconsciente, normas e estereótipos

¹ Professor especialista da da Secretaria Municipal de Educação de Crato -CE, dantas.ranielton@gmail.com

² Professor Especialista da Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte - CE, mr4430989@gmail.com



relacionados a papéis de gênero (LOURO, 1997; SCOTT, 1995). Essas construções não apenas moldam a percepção das crianças sobre o que é considerado masculino ou feminino, mas também delimitam o alcance de práticas pedagógicas inclusivas e sensíveis às diversidades presentes no cotidiano escolar.

A análise das formações continuadas oferecidas a professores da Educação Infantil torna-se, portanto, um instrumento fundamental para compreender como os educadores são preparados para lidar com questões de gênero. Apesar de documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil enfatizarem a importância da valorização da diversidade e da equidade de gênero, a efetiva inserção desses conteúdos nas práticas docentes ainda se mostra limitada. A ausência de políticas formativas estruturadas sobre gênero e diversidade compromete a construção de uma educação mais democrática, crítica e inclusiva, perpetuando estereótipos e preconceitos desde os primeiros anos da escolarização.

Autoras e autores como Louro (1997) e Scott (1995) compreendem o gênero como uma construção social, histórica e política, e defendem que a reflexão crítica sobre essas questões deve permear a formação de educadores. Nesse sentido, a educação infantil não é apenas um espaço de alfabetização formal, mas também de socialização e construção de valores, nos quais as primeiras experiências de reconhecimento da diversidade de gênero podem e devem ser promovidas. Ribeiro (2020) reforça que a docência crítica demanda não apenas conhecimento sobre conteúdos curriculares, mas também sensibilidade para mediar conflitos, valorizar identidades diversas e promover práticas inclusivas que questionem a naturalização de papéis de gênero.

No contexto municipal de Crato (CE), observou-se que a maioria das formações continuadas ofertadas entre 2023 e 2024 se concentrou em temas voltados à alfabetização, rotinas escolares e organização curricular, com pouca ou nenhuma inserção de debates sobre identidade de gênero, sexualidade e práticas pedagógicas inclusivas. Tal cenário evidencia uma lacuna entre as orientações normativas e a implementação efetiva dessas temáticas no cotidiano escolar. Além disso, a presença masculina na Educação Infantil, embora crescente em números absolutos, permanece restrita, refletindo os desafios históricos de gênero presentes na profissão docente (CENSO ESCOLAR, INEP, 2024).

Diante disso, o presente estudo busca compreender de que maneira a temática de gênero tem sido abordada nas formações continuadas voltadas à Educação Infantil no município de Crato. Ao analisar documentos institucionais como planejamentos,



cronogramas e registros de formações, busca-se identificar lacunas, limitações e potencialidades dessas iniciativas para promover uma educação inclusiva e crítica. A relevância do estudo se evidencia na necessidade urgente de políticas públicas que articulem teoria e prática, garantindo que os profissionais da Educação Infantil estejam preparados para atuar de maneira consciente, ética e sensível às diferenças de gênero e diversidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa desde os primeiros anos de escolarização.

Além disso, a reflexão sobre gênero na formação docente possibilita a problematização de práticas cotidianas que reforçam estereótipos, incentivando o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que promovam o respeito, a empatia e a valorização das múltiplas identidades presentes na escola. Ao compreender como as formações continuadas estão estruturadas e quais conteúdos são priorizados, torna-se possível propor caminhos para que a Educação Infantil seja um espaço efetivo de promoção da equidade de gênero, em consonância com as diretrizes nacionais e com estudos contemporâneos sobre a temática (FREIRE, 2016; HOOKS, 2018).

Em síntese, esta pesquisa se insere no campo da educação e das relações de gênero, articulando estudos teóricos com análise documental, a fim de evidenciar a importância de políticas formativas estruturadas, que transcendam a simples transmissão de conteúdos curriculares e promovam a construção de práticas pedagógicas inclusivas, críticas e socialmente transformadoras.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter documental e descritivo, com o objetivo de analisar como a temática de gênero é contemplada nas formações continuadas voltadas à Educação Infantil no município de Crato (CE), no período de 2023 a 2024. A escolha da abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender a complexidade das práticas formativas, considerando não apenas a presença ou ausência de determinados temas, mas também o modo como esses conteúdos são articulados nos planejamentos institucionais.

Os dados foram coletados a partir de documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação, incluindo planejamentos, cronogramas de formações, registros institucionais e relatórios de participação de docentes. Essa estratégia permitiu a obtenção de informações concretas sobre a frequência e o conteúdo das formações, possibilitando



a análise da presença da temática de gênero e da diversidade nas práticas de formação docente.

Para a análise, foram utilizados critérios de categorização temática, nos quais os documentos foram examinados à luz de conceitos teóricos sobre gênero, diversidade e práticas pedagógicas inclusivas. Foram consideradas categorias como: (a) conteúdos relacionados à alfabetização e organização curricular; (b) inserção de discussões sobre identidade de gênero e sexualidade; e (c) estratégias pedagógicas que promovam inclusão e equidade. Essa categorização permitiu identificar padrões recorrentes e lacunas nas formações analisadas.

A análise dos dados buscou evidenciar tanto a presença quanto a ausência de temas relacionados a gênero, confrontando os registros institucionais com os preceitos estabelecidos pela BNCC e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Tal procedimento possibilitou a construção de uma visão crítica sobre o panorama formativo, permitindo inferir impactos das formações na prática docente e nas relações pedagógicas cotidianas.

Os resultados obtidos indicam que, embora a legislação e os documentos normativos recomendem a valorização da diversidade e o tratamento equitativo das diferenças de gênero, as formações continuadas realizadas apresentaram foco predominante em aspectos de rotina, alfabetização e organização curricular, com pouca atenção às questões de gênero. Essa lacuna evidencia a necessidade de implementação de políticas formativas que articulem teoria e prática, promovendo reflexões críticas sobre identidade, diversidade e inclusão desde os primeiros anos da escolarização.

O estudo respeitou os princípios éticos da pesquisa em educação, garantindo o anonimato das instituições e dos profissionais envolvidos, e considerando apenas informações disponíveis em registros públicos e documentos institucionais, evitando qualquer identificação pessoal.

REFERENCIAL TEÓRICO

A temática de gênero na educação tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas que problematizam a reprodução de estereótipos e desigualdades sociais desde os primeiros anos escolares. Segundo Scott (1995), gênero não é apenas uma característica biológica, mas uma construção social, histórica e política, que se manifesta nas relações de poder e nas práticas institucionais. A escola, nesse contexto, é um espaço de



reprodução e contestação dessas normas, atuando tanto na consolidação quanto na desconstrução de papéis de gênero preestabelecidos.

Louro (1997) complementa essa perspectiva ao afirmar que a formação docente deve contemplar uma dimensão crítica, na qual os educadores se apropriem das discussões sobre gênero e diversidade para transformar a prática pedagógica. Essa abordagem se torna particularmente relevante na Educação Infantil, pois é nessa etapa que crianças começam a internalizar conceitos sobre masculinidade e feminilidade, influenciando sua percepção sobre si mesmas e sobre os outros.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam a importância de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a equidade. Contudo, a implementação desses princípios depende diretamente da formação continuada oferecida aos docentes, que deve ser sistemática e incluir discussões sobre identidade, sexualidade e inclusão. Ribeiro (2020) reforça que a ausência desses conteúdos nas formações compromete a construção de práticas educativas críticas e sensíveis às diferenças, mantendo padrões de exclusão e reprodução de estereótipos.

A literatura também evidencia a necessidade de considerar a presença masculina na Educação Infantil como um fator relevante na problematização de gênero. Dados do Censo Escolar 2024/INEP mostram que entre 96% e 97% dos docentes da Educação Infantil são mulheres, evidenciando a baixa presença masculina, sobretudo em municípios do interior como Crato (CE). A inserção de homens na docência infantil não apenas amplia a diversidade de referências para as crianças, mas também desafia estereótipos de gênero e contribui para práticas pedagógicas mais inclusivas.

Freire (2016) argumenta que a educação deve ser emancipatória, promovendo a consciência crítica sobre as relações sociais, incluindo as relações de gênero. Nesse sentido, a formação docente desempenha papel central, pois prepara os educadores para mediadores de experiências que problematizam desigualdades e promovem o respeito à diversidade. Bell hooks (2018) acrescenta que a pedagogia crítica deve considerar interseccionalidades, reconhecendo como gênero, raça e classe interagem na experiência educativa, afetando a forma como crianças percebem o mundo e suas possibilidades de atuação.

Estudos recentes sobre formação continuada de professores da Educação Infantil indicam que, embora haja avanços na inclusão de temas relacionados à diversidade, ainda existem lacunas significativas. Em muitos casos, as formações priorizam aspectos



técnicos da alfabetização e organização escolar, deixando de lado debates fundamentais sobre gênero, sexualidade e práticas inclusivas (RIBEIRO, 2020; LOURO, 1997). A literatura aponta que superar essas lacunas exige políticas públicas consistentes, que integrem de forma transversal a temática de gênero nas formações docentes, garantindo que os profissionais da Educação Infantil possam atuar de maneira crítica, ética e sensível às diferenças.

Dessa forma, o referencial teórico desta pesquisa se ancora em três eixos principais: (a) gênero como construção social e política, compreendido como eixo de análise crítico das práticas educativas (SCOTT, 1995; LOURO, 1997); (b) a formação docente como espaço estratégico para problematizar desigualdades e promover inclusão (FREIRE, 2016; RIBEIRO, 2020); e (c) a Educação Infantil como espaço de socialização e construção de identidades, onde a diversidade e equidade de gênero devem ser promovidas de forma sistemática e consciente (BNCC, 2017; HOOKS, 2018). A articulação desses eixos permite compreender não apenas a importância das formações continuadas, mas também os desafios e limitações observados na prática institucional analisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental das formações continuadas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação do Crato entre 2023 e 2024 evidenciou padrões recorrentes que revelam a presença periférica das discussões sobre gênero. Dos documentos examinados, a grande maioria apresenta foco em alfabetização, leitura, escrita e organização de rotinas escolares, com pouca ou nenhuma inserção de conteúdos voltados à identidade de gênero ou práticas inclusivas.

Os planejamentos e cronogramas analisados indicam que apenas 12% das formações contemplaram discussões sobre diversidade ou gênero, geralmente de forma pontual e não estruturada. Em muitos casos, tais tópicos foram abordados como complemento de outras atividades, sem aprofundamento teórico ou estratégias práticas para aplicação em sala de aula. Esse dado corrobora a análise de Ribeiro (2020), que afirma que a superficialidade na abordagem de temas de gênero nas formações docentes compromete a construção de uma educação crítica e inclusiva.

A presença masculina na Educação Infantil também se mostrou limitada, com menos de 5% de docentes homens atuando nas turmas analisadas, em consonância com



os dados nacionais do INEP (2024). Essa escassez evidencia não apenas a persistência de estereótipos sobre o trabalho docente infantil, tradicionalmente associado ao feminino, mas também a ausência de estratégias institucionais para incentivar a participação de homens na educação de crianças pequenas.

Ao confrontar os dados institucionais com o referencial teórico, observa-se que a formação docente atual não tem promovido adequadamente a reflexão crítica sobre gênero. Embora Louro (1997) e Scott (1995) enfatizem que a docência deve ser um espaço de construção e desconstrução de normas sociais, a análise dos documentos aponta que as formações continuam centradas em conteúdos técnicos, deixando lacunas significativas quanto à promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Entretanto, alguns avanços pontuais foram identificados. Oficinas que incluíram a temática da diversidade e ações voltadas à valorização de diferentes identidades foram bem recebidas pelos profissionais, sugerindo que, quando inseridos de forma estruturada, os conteúdos sobre gênero geram engajamento e reflexões significativas. Isso evidencia a importância de uma política continuada e sistemática de formação docente, que articule teoria, prática e sensibilização para a diversidade.

Os resultados também indicam que a integração de discussões sobre gênero nas formações docentes é fundamental para transformar o cotidiano escolar. A falta de abordagens estruturadas contribui para a manutenção de estereótipos e limita a construção de práticas pedagógicas que respeitem e promovam a equidade de gênero. Assim, reforça-se a necessidade de políticas públicas que garantam não apenas a inclusão de conteúdos sobre gênero nas formações continuadas, mas também estratégias pedagógicas que efetivamente impactem a prática docente e o desenvolvimento de uma educação infantil crítica e inclusiva.

Em síntese, os achados desta pesquisa evidenciam que, embora a legislação e os documentos normativos enfatizem a importância da diversidade, a implementação prática dessas orientações ainda é insuficiente. A discussão sobre gênero permanece marginal nas formações docentes, sendo essencial o fortalecimento de políticas públicas municipais que integrem de forma transversal o debate sobre identidade, sexualidade e diversidade nas práticas pedagógicas da Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O presente estudo evidenciou que, apesar das orientações normativas da BNCC (2017) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a temática de gênero ocupa um espaço periférico nas formações continuadas voltadas a profissionais da Educação Infantil no município de Crato (CE), entre 2023 e 2024. A análise documental mostrou que a maioria das atividades formativas priorizou conteúdos técnicos relacionados à alfabetização, leitura, escrita e organização de rotinas escolares, com pouca atenção às questões de diversidade e equidade de gênero.

Os resultados reforçam que a ausência de formações estruturadas sobre gênero contribui para a manutenção de estereótipos, reproduzindo padrões sociais que delimitam papéis de masculinidade e feminilidade desde os primeiros anos escolares. Além disso, a presença ainda muito restrita de docentes homens na Educação Infantil evidencia que a diversidade de referências pedagógicas e sociais para as crianças permanece limitada, impactando diretamente na construção de práticas inclusivas e na promoção da equidade de gênero.

A reflexão teórica, apoiada em autores como Scott (1995), Louro (1997), Ribeiro (2020), Freire (2016) e bell hooks (2018), permite compreender que a formação docente deve ir além da transmissão de conteúdos curriculares, promovendo a problematização de normas sociais e a sensibilização para a diversidade. Quando discutidos de maneira estruturada, os temas relacionados à identidade, sexualidade e inclusão geram engajamento, promovem mudanças na prática pedagógica e contribuem para a construção de uma educação mais crítica, democrática e sensível às diferenças.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas municipais que fortaleçam e sistematizem a abordagem de gênero nas formações continuadas. Tais políticas devem contemplar estratégias práticas e reflexivas, articulando teoria e prática, e considerando a Educação Infantil como espaço estratégico de promoção de valores de equidade, respeito e diversidade. O fortalecimento da formação docente, nesse sentido, não apenas contribui para a melhoria das práticas pedagógicas, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente das desigualdades de gênero desde a infância.

Em conclusão, a investigação revela que a implementação efetiva de políticas formativas voltadas à diversidade de gênero é essencial para superar lacunas históricas na Educação Infantil, promovendo uma docência crítica e transformadora. A transformação do espaço escolar em um ambiente inclusivo e equitativo depende diretamente da



capacitação dos profissionais que atuam na Educação Infantil, reforçando a importância de formações continuadas que articulem teoria, prática e sensibilização social.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental**. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da liberdade**. São Paulo: Cortez, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

RIBEIRO, Sônia Maria. **Formação docente e diversidade de gênero: desafios e perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das mulheres: a margem do tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INEP. **Censo Escolar 2024**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: INEP, 2024.

